



OFÍCIO CEDAE GAB-DP Nº 552/2017

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2017.

Ao

Exmo. Sr. José Bismarck Vianna de Souza

Conselheiro-Presidente da AGENERSA

Avenida Treze de Maio, nº 23, Edifício Darke, 23º Andar

Centro, Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20031-902

RECEBIDO
P. C. C. I. C. I. A

Em 02/05/2017

Horário 16:15

ID: 44143141
Assinatura / Matrícula

Ref.: Deliberação AGENERSA nº 3028/2016 – Envio de Estudo para Reajuste Tarifário – Cedae.

Exmo. Sr. Presidente

A Cedae na forma do artigo 9º do decreto nº 45.344, de 17 de agosto de 2015, no qual “estabelece as condições gerais para a regulação e fiscalização das atividades da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE - pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA - e dá outras providências.”, bem como da DELIBERAÇÃO AGENERSA N.º 3028, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016, Art. 4º vem apresentar o estudo do pleito de reajuste tarifário ordinário para o período 2017/2018 com data base em 01 de agosto de 2017. O estudo foi elaborado pela renomada Fundação Getúlio Vargas – FGV com notória experiência no campo da regulação econômica de saneamento.

Este pleito reflete também a realidade da área de concessão da Cedae nos seus 64 (sessenta e quatro) municípios, mas especialmente pelo peso e concentração populacional, a realidade de ocupação demográfica e o grau de urbanização da região metropolitana com seus enormes contrastes urbanos como a elevada parcela da população da Cidade do Rio de Janeiro, cerca de 23% - situação sem paralelo nas demais regiões do país, habitando segundo o IBGE (censo 2010) em aglomerados



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br

| | |
|-------------------|----------------------------|
| UPQ | INFORMATIZADO/DIGITALIZADO |
| AGENERSA PROTO | 01/Agência/Protocolo |
| Documento Gerador | 02/05/2017 |
| Data e Rubrica | 02 |

| | |
|---------|------------|
| ID | 1941 |
| Data | 02/05/2017 |
| Horário | 13:38 |
| Rubrica | |

Fernanda da Silva
ID Funcional 4431027-1
Assistente de EX
AGENERSA

subnormais (favelas), sendo subvencionadas pela prática de *Subsídio Cruzado* com a arrecadação em áreas de elevado padrão, como a Zona Sul e Barra da Tijuca, em contraponto às diversas localidades da Baixada ou São Gonçalo, com condições desfavoráveis de urbanização.

Neste cenário urbano, que é a realidade da concessão da CEDAE, onde as áreas menos favorecidas são efetivamente abastecidas pela companhia embora seja claro que os moradores destas áreas não são clientes formais da CEDAE, mas que por questões de segurança e saúde pública impõem à CEDAE a tarefa de suprir água (e arcar com os custos) mesmo que a título, no estrito sentido técnico, de “perdas sociais”.

Como será evidenciado no trabalho, apresentado em paralelo, com pleito de reajuste extraordinário, houve reajustes tarifários insuficientes nos períodos 2013/14, 2014/15, e 2015/16 – um dos objetos do pleito de reajuste extraordinário - que comprometeram a situação econômico-financeira da CEDAE, confrontando com o que prevê a lei 11.445 no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias.

Deve-se ressaltar a atual situação econômica do país e do controlador da Cia., o Estado do Rio de Janeiro, que dificulta sobremaneira novas buscas de financiamento no mercado de capitais, em face da perda do “*investment grade*” do Estado, bem como da maior aversão ao risco imposto pelas instituições financeiras do país. Neste cenário a única alternativa de financiamento e de custeio é tarifa suficiente para manter os objetivos da concessão.

É necessário destacar ainda que a Administração da CEDAE nos anos recentes dedicou enorme esforço bem sucedido no saneamento financeiro da empresa com o equacionamento dos principais passivos financeiros, mas ao alongar o pagamento deste passivo compromete ainda o atual fluxo de caixa.

A análise comparativa dos preços reajustados com diversas empresas do setor de saneamento evidencia que a tarifas da CEDAE com o reajuste pleiteado está no mesmo patamar de outras empresas congêneres.

O estudo da FGV que ora é submetido à apreciação e deliberação da AGENERSA expõe e fundamenta a realidade do contexto da CEDAE e as conclusões refletem no entender da Administração da Companhia a necessidade de reajuste justo de tarifa para a empresa cumprir com suas obrigações nos doze meses do período de 01 de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017, sem ferir o princípio da modicidade tarifária, preconizado pelo Marco Regulatório do setor.

Vale ainda ressaltar que o pleito em referência conta com o deferimento do ofício GAB/DP nº 553/2017, de 02/05/2017, submetido em paralelo, que solicita o reajuste extraordinário na busca pela recomposição tempestiva dos represamentos de reajustes anteriores já expostos, fundamentados e discutidos em deliberações anteriores da Agência. Portanto, o reajuste ordinário aqui proposto foi calculado considerando a recomposição previa desses represamentos anteriores. O percentual solicitado nesse pleito se alicerça e dependerá totalmente da aceitação do reajuste extraordinário.

Desenvolvimento do método de reajuste tarifário

Com o aperfeiçoamento da elaboração da metodologia de reajuste tarifário após o primeiro processo conduzido no ambiente regulatório promovido pela AGERNSA com as suas concessionárias conveniadas - caso da CEDAE -, foi elaborado o pleito do reajuste em referência através da metodologia com a utilização do Método Paramétrico. O intuito desse advento é proporcionar maior entendimento, simplicidade e transparência dado ao processo de reajuste tarifário de forma a atender aos objetivos da legislação, garantir o equilíbrio econômico-financeiro, viabilizar os recursos para a expansão dos serviços e compatibilizar a cobrança com a capacidade de pagamento dos consumidores. Ademais, é o método já utilizado pelas empresas congêneres reguladas pela Agência, o que facilita também em termos de comparação e publicitação dos resultados ao público em geral.

A adaptação da metodologia de a Fórmula Paramétrica levou em conta o (i) levantamento dos dados SNIS; (ii) levantamento dos dados contábeis; (iii) seleção

das rubricas a serem utilizadas na fórmula paramétrica; (iv) verificação dos pesos das principais rubricas nos dados SNIS e balancetes; (v) definição dos pesos a serem adotados na fórmula paramétrica; (vi) definição dos parâmetros de correção para cada componente para o cálculo do reajuste.

Os dados contábeis foram divididos em 6 grupos: pessoal; energia elétrica; produtos químicos; serviços de terceiros; outras despesas; e investimentos, conforme a ponderação a seguir:

| Pesos | SNIS | BALANCETES |
|------------------------------|---------|------------|
| Pessoal | 48,92% | 50,06% |
| Energia Elétrica | 11,78% | 14,01% |
| Produtos Químicos | 2,42% | 3,12% |
| Serviços de Terceiros | 18,14% | 17,89% |
| Outras Despesas | 7,59% | 2,80% |
| Investimentos | 11,15% | 12,11% |
| Total | 100,00% | 100,00% |

A fórmula paramétrica para o cálculo do reajuste se apresenta, então, da seguinte forma:

$$IR = \left[P1 \times \left(\frac{A_i - A_0}{A_0} \right) + P2 \times K \times \left(\frac{B_i - B_0}{B_0} \right) + P3 \times \left(\frac{C_i - C_0}{C_0} \right) + P4 \times \left(\frac{D_i - D_0}{D_0} \right) + P5 \times \left(\frac{E_i - E_0}{E_0} \right) + P6 \times \left(\frac{F_i - F_0}{F_0} \right) \right]$$

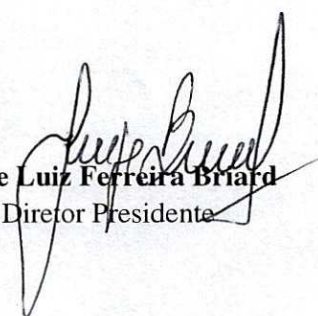
Onde: P1 = Pessoal; P2 = Energia elétrica; k = fator relativo às bandeiras tarifárias de energia elétrica; P3 = Produtos químicos; P4 = Serviços de terceiros; P5 = Outras despesas; P6 = Investimentos.

As demais variáveis representam variações de índices de preço de acordo com os setores envolvidos, contribuindo para a formação da taxa de reajuste tarifário de forma ponderada segundo sua evolução no período analisado.

Com o aperfeiçoamento da elaboração da metodologia de reajuste tarifário após o primeiro processo conduzido no ambiente regulatório promovido pela AGERNERSA com as suas concessionárias conveniadas - caso da CEDAE -, foi elaborado o pleito do reajuste em referência através da metodologia com a utilização do Método Paramétrico. O intuito desse advento é proporcionar maior entendimento, simplicidade e transparência dado ao processo de reajuste tarifário de forma a atender aos objetivos da legislação, garantir o equilíbrio econômico-financeiro, viabilizar os recursos para a expansão dos serviços e compatibilizar a cobrança com a capacidade de pagamento dos consumidores. Ademais, é o método já utilizado pelas empresas congêneres reguladas pela Agência, o que facilita também em termos de comparação e publicitação dos resultados ao público em geral.

Deste modo e com fundamento no “**Estudo de Metodologias para Reajustes Anuais e Revisão Tarifária Quinquenal**” - elaborado pela FGV e em anexo, submete-se à AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA, o pleito de reajuste de tarifas de 6,896% a vigor de 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018.

Nestes termos pede deferimento,



Jorge Luiz Ferreira Briard
Diretor Presidente

ANEXO: Produto 3/2017 – Relatório Intermediário 3, de 26 de abril de 2017 da FGV, em cópia física e digital.